



SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 99, DE 2023

Acrescenta § 3º e 4º ao art. 150 do Regimento Interno do Senado Federal, para garantir, em comissão parlamentar de inquérito, o mesmo tempo de leitura do relatório do relator para a leitura de cada um dos relatórios de eventuais votos em separado e para estipular prazo mínimo entre a apresentação de relatório, ainda que parcial, e sua votação pelo colegiado.

AUTORIA: Senador Jorge Seif (PL/SC), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Marcos Rogério (PL/RO)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2023

Acrescenta § 3º e 4º ao art. 150 do Regimento Interno do Senado Federal, para garantir, em comissão parlamentar de inquérito, o mesmo tempo de leitura do relatório do relator para a leitura de cada um dos relatórios de eventuais votos em separado e para estipular prazo mínimo entre a apresentação de relatório, ainda que parcial, e sua votação pelo colegiado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 150 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º e 4º:

“**Art. 150.**

.....

§ 3º O tempo concedido para a leitura do relatório do relator será garantido, em igual monta, para a leitura de cada um dos relatórios de eventuais votos em separado.

§ 4º O prazo mínimo entre a apresentação do relatório, ainda que parcial, e sua votação pela comissão é de 10 (dez) dias.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela - gabinete nº 16
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-3784 – e-mail: sen.jorgeseif@senado.leg.br

Assinado eletronicamente por Sen. Jorge Seif e outros

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/8712940694>

Avulso do PRS 99/2023 [2 de 4]





SENADO FEDERAL
Senador JORGE SEIF – PL/SC

JUSTIFICAÇÃO

Qualquer deliberação adotada por esta casa legislativa exige que se conheçam detalhadamente o conteúdo e as implicações de seu conteúdo. No caso de comissões parlamentares de inquérito (CPI), a complexidade de suas deliberações tem contornos particulares.

O normalmente caudaloso conteúdo probatório e as complexas cadeias de responsabilizações, para as quais se exige haver claras, inequívocas e individuais caracterizações da existência de ato ilícito e de nexo de causalidade entre este e a conduta, dolosa ou culposa, dos indiciados, além de, eventualmente, demonstração e quantificação de dano, demanda dos parlamentares, membros do colegiado, profundas análises, inviáveis de serem realizadas em um par de dias ou horas.

Avaliamos que o prazo mínimo de 10 (dez) dias entre a apresentação de relatório em CPI, ainda que parcial, e sua votação é plenamente razoável e republicano.

Naturalmente, para que se viabilize uma justa avaliação em temas do grau de reponsabilidade dos tratados em CPI com o mínimo de seriedade e equilíbrio, deve-se garantir que o tempo concedido para a leitura do relatório do relator seja o mesmo dado para que se leiam cada um dos relatórios de eventuais votos em separado.

Em razão destes argumentos, contamos com o apoio dos nobres Senadores e Senadoras para a aprovação deste Projeto de Resolução, que inclui os §§ 3º e 4º no art. 150 do Regimento Interno, de forma positivar as práticas referidas acima.

Sala das Sessões,

Senador JORGE SEIF

LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970](https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970)
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:senado.federal:regimento.interno:1970;1970>
- art150